



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS III
CENTRO HUMANIDADES
CURSO DE HISTÓRIA**

JOSÉ ARAGÃO AVELINO DE SANTANA

**APONTAMENTOS SOBRE AS MISSÕES INDÍGENAS NA PARAÍBA
- SÉCULO XVI-XVIII -**

**GUARABIRA
2017**

JOSÉ ARAGÃO AVELINO SANTANA

**APONTAMENTOS SOBRE AS MISSÕES INDÍGENAS NA PARAÍBA
- SÉCULO XVI-XVIII -**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Graduação em História da Universidade Estadual da Paraíba, Campus III, Guarabira, em cumprimento as exigências para obtenção do grau de Licenciatura Plena em História.

Área de concentração: História e Estudos culturais: etnia, crença, gênero e sexualidade.

Orientador: Prof^ª. Me. Naira Ferraz B. Alves

**GUARABIRA
2017**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do Trabalho de Conclusão de Curso.

S232a Santana, José Aragão Avelino de.
Apontamento sobre as missões indígenas na Paraíba -
século XVI-XVIII [manuscrito] : / Jose Aragao Avelino de
Santana. - 2017
24 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em
História) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de
Humanidades, 2017.

"Orientação : Profa. Ma. Naiara Ferraz B. Alves,
Coordenação do Curso de História - CH."

1. Etnohistória. 2. Missões Religiosas. 3. Paraíba.

21. ed. CDD 981.33

JOSÉ ARAGÃO AVELINO DE SANTANA

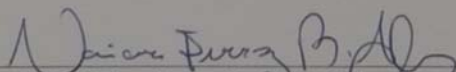
APONTAMENTOS SOBRE AS MISSÕES INDÍGENAS NA PARAÍBA
- SÉCULO XVI-XVIII -

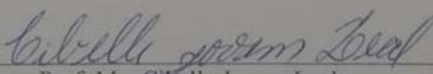
Artigo, apresentado ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual da Paraíba, Campus III, Guarabira, em cumprimento as exigências para obtenção do grau de Licenciatura Plena em História.

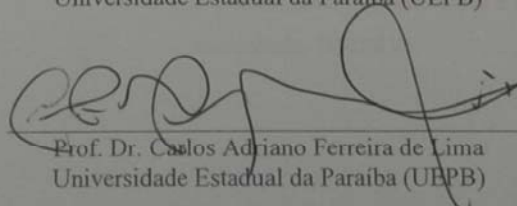
Área de concentração: História e Estudos culturais: etnia, crença, gênero e sexualidade.

Aprovada em: 23/11/2017

BANCA EXAMINADORA


Prof. Me. Naiara Ferraz B. Alves (Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)


Prof. Me. Cibelle Jovem Leal
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)


Prof. Dr. Carlos Adriano Ferreira de Lima
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

A Minha mãe, por todo amor e carinho durante a caminhada, DEDICO.

AGRADECIMENTOS

À minha amada e inestimável mãe, que sempre esteve comigo nessa caminhada tão árdua que foi essa graduação.

À minha querida irmã (in memoria), Damiana que cuidou de mim durante esses cinco anos de luta, que esperou cada noite minha chegada, até quando não podia mais, ela sempre estava lá.

Aos meus amigos de turma, em especial a Severino Ramos Santana da Silva e José Hélio Oliveira de Melo, que foram meus companheiros nessa reta final, os tenho como irmãos.

À minha professora e orientadora Naiara Ferraz B. Alves, pela paciência e pela oportunidade de tê-la como orientadora.

“O meu intento neste trabalho foi servir ainda cá aos índios, já que não posso mais fazer lá [...]” (BERNARD de Nantes, 1707, *apud* PUNTONI, 2002).

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	07
2	TUPIS VERSOS TAPUIAS: COSTUMES.....	08
3	MISSÕES E ALDEAMENTOS NA PARAÍBA COLONIAL.....	08
3.1	Os Franciscanos na Paraíba	08
3.2	Os Carmelitas na Paraíba	09
4.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	09
5,	REFERÊNCIAS	09

APONTAMENTOS SOBRE AS MISSÕES INDÍGENAS NA PARAÍBA - SÉCULO XVI-XVIII -

Jose Aragão Avelino de Santana¹

RESUMO

A partir de referências bibliográficas sobre as Missões na Capitania da Paraíba nos séculos XVI e XVIII, analisamos o processo de povoamento e a atuação dos frades de várias ordens religiosas que fizeram parte das práticas de hibridização cultural e da construção de uma nova sociedade no Brasil colônia que se formava, além de apresentar as características culturais destes povos, buscamos demonstrar a forma de atuação das Missões que se instalaram na Capitania Real da Parahyba, sob a perspectiva de que a catequese foi uma importante ferramenta da empresa colonizadora, utilizada como instrumento de dominação e transformação social dos povos indígenas submetendo-os á novas práticas sociais e culturais que se sincretizaram em uma nova forma vida. Para isto trabalhamos com os autores: CUNHA (2009); FERNANDES (2016); JUVANDI SANTOS (2012). PINTO (2007); BRITO (2013).

Palavras-Chave: Etnohistória; Missões Religiosas; Paraíba

1. INTRODUÇÃO

Neste trabalho procuramos realizar um levantamento sobre as atividades desempenhadas pelas Missões Religiosas na Capitania da Paraíba (durante os séculos XVI-XVIII), tendo como base as publicações locais sobre a temática. Investigando a atuação de tais ordens no processo de catequese desses povos que aqui já residiam, e alguns que vieram de outas partes do Brasil transferidos por questões militares de interesse dos colonizadores.

Desta forma, as ordens religiosas que vieram para a Paraíba, como, também, para outras partes do território brasileiro estiveram aqui com o mesmo propósito, de angariar mais seguidores para o cristianismo, e, de certa forma aproveitar-se desses povos que já não eram mais donos de uma terra que outrora fora sua morada, seu habitat, e sua fonte de vida como um todo. Essas ordens foram; Jesuítas, Franciscanas, Carmelitas, Beneditinas. A nossa perspectiva de análise em relação ao encontro entre missionários e indígenas (povos pré-cabralinos), reflete a possibilidade interação entre as culturas, na nossa análise as culturas

¹ Aluno: do curso de licenciatura em História

interagem, há uma hibridização, ocorre um processo de circularidade cultural² não é uma questão de superioridade cultural ou de uma história de vencedores e vencidos, mas uma relação em que surgem novas formas de convivência e de práticas culturais.

Recorremos, ainda, aos estudos da antropologia vinculados aos estudos das sociedades, culturas e comportamentos humanos: a etnografia. Que é uma importante ferramenta que consiste justamente no estudo mais aprofundado de algumas especificidades em relação às sociedades indígenas. Dessa forma, pode-se perceber que, a etnografia é quem vai definir algumas, ou todas as formas da vida de um grupo social, e assim vai definir sua cultura, religião, forma de vida, como se relacionam e como vivem de uma maneira geral. Tal análise é a junção de tudo que se pode observar de um grupo humano.

Para exemplificar a etnografia e entender temos como exemplo o texto: “ Os Argonautas do Pacífico Ocidental” (1884-1942) que foi publicada em 1922 a qual se trata de uma obra consagrada aos rituais e as práticas sociais de um grupo humano que habitavam as ilhas Trobriand, situadas no Pacífico.

A chamada etno-história trata justamente da compreensão e do entendimento de que os povos indígenas produzem sua própria história, eles são seres com uma história própria, e, portanto, carece de uma linha própria a etnohistória para ser objeto de estudo de uma pesquisa. Manuela Carneiro da Cunha defende isso quando fala: “ [...] procurava-se perceber, naquilo que propriamente se podia chamar de etnohistória, a significação e o lugar que diferentes povos atribuíam à temporalidade”. (CUNHA, 2009, p. 127).

Partindo dessa problemática sobre, etnografia e etnohistória, podemos definir alguns pontos sobre a vida dos povos indígenas neste artigo, mais diretamente na formação do território paraibano, e na sua construção.

Cabe agora definir a vida das reduções³ indígenas em território paraibano, destacando como viviam, os seus costumes. Estes aldeamentos e missões religiosas que por aqui passaram e ajudaram a construir toda essa etnografia a cerca dos povos indígenas seguindo os moldes da pesquisa etno-histórica.

²Circularidade cultural é o conceito e a perspectiva teórica que utilizaremos para analisar as relações de poder estabelecidas entre os indígenas que habitavam a Capitânia da Paraíba e os religiosos designados para a realização de catequese dessas populações, este conceito se aplica a proposta de nossa pesquisa por identificarmos neste processo a capacidade das culturas se encontrarem e construírem novas formas de coexistência.

³ Usamos o termo redução indígena, para definir o sentido de redução indígena está voltado para uma visão de reduto, aldeamento. Pequenos aldeamentos liderados pelos padres ligados as ordens religiosas que se instalaram em solo brasileiro e paraibano.

2. TUPIS VERSUS TAPUIAS: COSTUMES

Para começar a falar de costumes, não dá para desprezar a forma de classificação que vários estudiosos fizeram sobre as famílias indígenas que habitaram a colônia brasileira. As formas de definir as tribos que residiam no Brasil partem de vários estudos etnográficos realizados por pesquisadores influentes na área como: Estevam Pinto, Thomas Pompeu Sobrinho, Van Den Steinen que de acordo com alguns estudos definiram de que forma se classificaria os índios no Brasil dos pós-contato.

Desta forma, esses pesquisadores começaram a dividir as várias etnias que viviam aqui no Brasil antes da chegada do colonizador. Assim, a partir de estudos com base na etnografia, passaram a classificar as famílias ou tribos que existiam na colônia no século XVI, a partir de critérios linguísticos, físicos e culturais. Desta maneira se podia compreender quem realmente vivia em terras brasileiras e como e qual era a sua forma de vida, onde moravam, como se relacionavam e quais eram suas diferenças com os demais viventes do mesmo território.

Portanto, sabendo então de que forma se classificaria os ameríndios pode-se dizer que tais características ainda não eram suficientes para dar nome ou definir uma tribo na colônia portuguesa do século XVI, o Brasil:

Barral (1971) afirma que “uma classificação é mais sólida quanto mais caracteres ela possa dispor”, porém acrescenta simultaneamente que “muitos caracteres variáveis obtidos com as únicas disponibilidades de apreciação individual, trariam confusão” em suma é necessário ter dados e/ou matérias suficientes para elaboração de qualquer classificação tipológica ou de grupos culturais. Corremos esse risco ao fazermos uso de tão poucas matérias, geralmente indícios arqueológicos para traçar o perfil cultural de um grupo. Nenhuma classificação pode, nesse sentido, ser medida até que novos dados apareçam. (BARRAL, 1971, p. 5, *apud* JUVANDI SANTOS, 2012, pp.11,12) .

Ainda nesse quesito de classificação, vários etnógrafos vão dar mais importância à questão linguística para definir os grupos indígenas do Brasil dos pós-contato. Desta forma, ainda, no primeiro capítulo da obra **Costumes indígenas no Brasil do pós-contato**, do professor Dr. Juvandi Santos (2012). O principal destaque no início da obra é a classificação indígena adotada por diversos pesquisadores que acreditam ter havido uma homogeneização cultural entre vários grupos Tapuias do sertão do Nordeste, havendo influência mútua de vários outros grupos desenvolvendo semelhanças, mas, ainda, se reconhecendo como povos de etnias diferentes.

Assim entrando já no mérito dos costumes, Ricardo Pinto (ANO) afirma que mesmo que os grupos falassem a mesma língua ou dialetos próximos, apresentavam costumes diferentes, configurando como tribos diversas mas, a fala até certo ponto homogênea se devia, provavelmente, ao contato entre os grupos, fossem para troca de objetos, guerrear ou outras atividades. (JUVANDI SANTOS, 2012, p.1)

Além da língua e de características físicas específicas, temos, também, outras formas de definir e classificar uma tribo no Brasil do pós-contato. Atividades como, as várias formas de praticar a agricultura de cada tribo, como cada uma delas definia seu território, de que forma respeitavam as fronteiras, como a religião que praticavam. Ou seja, cada povo, de cada etnia tinha as suas especificidades.

Podemos destacar a produção de alimentos como um dos fatores centrais para diferenciar as tribos, que se dividiam entre caçadores-coletores e agricultores, no caso dos Tupis os homens faziam a derrubada das árvores e as mulheres o trabalho com a lavoura, os materiais para a caça e a coleta eram diversificados, variando de grupo para grupo. As armadilhas também variavam de acordo com seu habitat, Tupis e Tapuias tinham suas armas, ornamentos e armadilhas próprias bem como suas formas de caça e de agricultura.

Dessa maneira as tarefas eram organizadas em forma de mutirão pelos indígenas de cada tribo

Era pela terra que os indígenas sempre travavam guerras. Antes dos colonizadores, as guerras eram entre eles, pelo controle das melhores fontes de alimentos e água; com os europeus, a guerra se dava para salvaguardar a terra da expropriação capitalista dos europeus. A terra era sagrada para os indígenas do Brasil, vista como fonte de vida. (JUVANDI SANTOS, 2012, p.25).

Em termos de costumes entre os povos *gentis* do Brasil do pós-contato e mais ainda entre Tupis e Tapuias, pode-se falar que um dos costumes comuns entre eles era a antropofagia, ou seja, o canibalismo. Assim essas tribos como também algumas outras praticavam o consumo de carne humana, em algumas situações como em casos de guerra, a tribo que perdesse um conflito fosse ele por terra ou por questões diversas, para mostrar força e segundo suas crenças o indígena poderia adquirir as qualidades do guerreiro morto, como pode ser observado no texto do autor Juvandí Santos (2012).

Assim Tupis e Tapuias praticavam o ato do canibalismo tendo em seus costumes essa paridade de ação, cada um tinha seu jeito de consumir a carne humana, a relatos dos padres

jesuítas de que eles cozinhavam a carne para poder consumir, mas outros relatos dão conta de que a carne era apenas moqueada, ou seja, apenas passada pelo fogo de maneira leve de forma que só ficasse um pouco mole para o consumo. Podemos dispor dessa afirmação quando:

Isso se dava por uma questão ritualística, demonstrar a superioridade frente ao inimigo: num primeiro momento, haviam-no vencido na batalha, agora iriam consumi-lo, alimentar-se de sua carne depois excreta-lo, reforçando o poder sobre o outro. Os indígenas que praticavam essas atividades ritualísticas acreditavam, também, que ao comer a carne de um prisioneiro podiam obter suas melhores qualidades, especialmente a bravura. (JUVANDI SANTOS, 2012, p.25).

A prática do canibalismo ritualístico serviu como uma justificativa a mais para a apropriação das terras e das vidas dos indígenas brasileiros. Segundo Fernandes (2016), estudou as mulheres e a sociedade tupinambá no Brasil, os Tupis, consideravam o ritual antropofágico como uma etapa do processo de guerra. Eles praticavam o *exocanibalismo*, ou seja, ingeriam carne humana de pessoas distantes de seu grupo social. Apesar do inimigo selecionado para os rituais ser bem alimentado, ser tratado por uma mulher indígena designada para lhe servir, ele era constantemente achincalhado e respondia prontamente aos xingamentos com “profetizações” de vitórias de seu povo, que por sua vez, passaria, então, a aprisionar um de seus inimigos e prepará-los para os rituais. Estes índios selecionados eram amarrados e, por isso, foram denominados pelos portugueses de índios da corda (estes se salvos pelos colonizadores, poderiam ser escravizados pelos conquistadores). Sendo assim a morte por um inimigo era algo glorioso e garantia status aos grandes guerreiros, como também, a captura de novos inimigos agradava o restante da tribo, em especial, as índias mais velhas.

os cativos eram ~~comidos~~ sendo ~~potente~~ ~~ciados~~ não ~~apenas~~ por suas “~~plumas~~” (os nomes) mas também por sua carne. Ora, existe aqui uma importante diferença de gênero: enquanto a tomada de nomes por parte das mulheres era claramente subsidiária em relação à tomada de nomes por parte dos homens (exemplo: mesmo se as mulheres matassem um inimigo deveriam chamar um homem para esmagar seu crânio) o preparo e consumo da carne do prisioneiro era claramente uma atribuição primariamente feminina (FERNANDES, 2016, p.199).

Pelo preparo da carne ser um ambiente feminino, entre, as tribos Tupis, mais especificamente entre os Tupinambás e até por ser uma questão de hierarquia as mulheres mais velhas tinham suas preferências respeitadas e a distribuição da carne era feita de acordo com seus gostos. A cada mulher da tribo era atribuída uma tarefa, a partir de uma reunião regada pelo Cauim se decidia a data da morte do prisioneiro e as mulheres iniciavam o preparo das vasilhas e cerâmicas necessárias para a realização do evento, as velhas

coordenavam todo o evento da morte, a limpeza do corpo, a retirada dos miolos e a carneação, ou seja, a separação das partes. Um ritual complexo e cheio de símbolos que servia, em especial, de rito de passagem para os jovens guerreiros.

O prazer sentido pelas velhas, claramente relacionado ao papel central destas no repasto canibal e não a qualquer estereótipo europeu, foi notado com espanto pelos cronistas: “as velhas (as quais, como já disse, gostam imensamente de comer da carne humana) reúnem-se para recolher a gordura que escorre do moqueim, e notando os homens se esfocarem de fome que as sempre tinham de carne, e em certos dias dizem, ligou isto é bom”, “os homens ficam esfomeados como lobos e as mulheres mais ainda. Quanto às velhas, se pudessem se embriagar de carne humana de bom grado o fariam”. (FERNANDES, 2016, p. 216)

Os Tapuias (termo tupi para denominar as tribos que habitavam o sertão e não falavam línguas pertencentes ao tronco tupi-guarani). Os tapuias são os índios nômades que se configuravam como a alteridade dos das tupis, já passavam a ser os outros diante dos costumes sedentários das tribos litorâneas. O índio Tapuia era temido pelos Tupis, já que eram considerados “bárbaros” devido à diversidade de seus costumes, em especial, relacionado à antropofagia. Enquanto entre as tribos do litoral esta prática ritualística relacionava-se a um complexo sistema de social relacionado aos acordos/ alianças e casamentos, para os tapuias esta prática se relacionava aos rituais de morte e passagem dos familiares. Resumindo, os Tapuias comiam seus mortos, a partir de rituais de “cremação” os corpos dos núcleos familiares era reduzidos a pó e consumidos, como uma forma de garantir a presença do ser próximo a eles. Trata-se do *endocanibalismo* que causava estranheza aos Tupis, e “justificou” as lutas e capturas dos colonizadores, haja vista que estes bravos índios não faziam alianças com os mesmos.

Dessa forma os enterramentos são diferenciados: alguns padres jesuítas, segundo Juvandí (2012), relatam em seus escritos algumas cerimônias de sepultamento (vinculada as tribos sedentárias) e até de cremação (tribos nômades) entre as tribos do Brasil, sendo, assim, mais uma vez evidenciado que esse costume que não só era comum entre Tupis e Tapuias (respectivamente), mas também entre as várias outras tribos que aqui viviam.

Mais uma semelhança entre tupis e tapuias como também de várias outras tribos do Brasil do pós-contato, era o uso do fumo, essa planta era muito consumida pelos índios do Brasil, de maneira que esse tipo de planta tinha um uso cotidiano para várias tribos em diversas atividades, tais como; rituais religiosos: consumido ou tendo sua fumaça inalada para se chegar mais perto dos deuses, pois consumindo o fumo os índios ficavam meio tontos e assim acreditam estar em contato com suas divindades, outra forma de uso do fumo era também

no trato de doenças, pois, acreditam no poder de cura desta erva da mesma forma que a consideram sagrada. O fumo também era usado para espantar maus espíritos, afugentar pragas das sementes a serem plantadas e como divertimento para os índios que faziam o uso dele com frequência.

Com a inserção dos índios em aldeamentos ou missões, lideradas por padres católicos de várias ordens que aqui vieram para catequizar os índios, essa prática do uso do fumo foi proibida e teve que ser até extinta pelos padres, pois, acreditavam eles (os padres) que tal planta e seu consumo era uma prática demoníaca e que, portanto, seria proibida, isso fica claro quando vemos esse relato:

A igreja condenava beber o fumo, pois o demônio deste hábito, bem como o uso dele para atividades demoníacas, na aldeia, cabia aos pajés, totalmente contrários aos dogmas da igreja. Os indígenas aldeados teimavam em fumar e resistiam bravamente, fumando as escondidas nos centros missionários. (JUVANDI SANTOS, 2012, p.52)

O fumo era a representação do pajé, que vinculava o sistema religioso dos indígenas às suas matrizes, e por isso deveria ser rigidamente pelos Missionários que tinham como objetivo catequizar e cristianizar esses índios para que inseridos na cultura do colonizador aceitasse o papel de servo.

3. MISSÕES E ALDEAMENTOS NA PARAÍBA COLONIAL

As primeiras Missões indígenas e aldeamentos na Paraíba denotam do século XVI quando a Coroa portuguesa, ainda, tentava defender seu território de corsários franceses e holandeses que por aqui já estavam contrabandeando as riquezas da recém “descoberta” terra, assim, para defender as riquezas do lugar, o jeito seria de alguma maneira povoar o território. Desta forma, o regente do trono português Dom Manuel resolve fazer a divisão dessa terra com pessoas de posse que por sua vez seriam capazes de povoar e com a produção de cana-de-açúcar, produto de muito valor na Europa também desenvolver a economia da recente colônia de Portugal.

Foi assim que o Brasil foi dividido em capitanias hereditárias, aquelas que passavam de pai para filhos e assim sucessivamente, desta forma a capitania de Itamaracá que pertencia a Pernambuco passou a ser independente para a melhor proteção e administração,

É nesse contexto que entram as primeiras ordens religiosas na colônia com o intuito de catequizar os índios e de uma forma de ganhar mais fies para a igreja que naquele momento

passava por uma cisão, onde vários seguidores que vários por motivos já haviam deixado de seguir o cristianismo desanimados com a reforma da mesma proposta por um monge alemão chamado Lutero, assim atuando desde quase o descobrimento da colônia entram os jesuítas como a primeira ordem religiosa a implantar aldeamentos na colônia e passar a domesticar os índios em favor da coroa e da fé cristã que por hora seria o principal motivo da intervenção das ordens de cunho religioso na nova terra. Os padres jesuítas utilizaram uma estratégia bastante interessante, eles, passaram primeiro a viver com os nativos para adquirirem seus costumes, no caso da Paraíba com as tribos Potiguaras, para depois começar a implantar suas doutrinas.

Atuando dessa maneira os jesuítas conseguiram conquistar os índios Potiguaras e até mesmo convencê-los de que eles seriam os enviados de Tupã, pois os padres passaram a assumir dotes milagrosos que os índios entendiam como serem eles (os padres) pessoas que podiam falar e até mesmo ter o poder do Deus indígena Tupã, os padres passaram a inserir a fé cristã nos costumes indígenas para que esta doutrinação auxiliasse no processo de controle dos índios.

Os jesuítas confundiram os índios ao fazer paralelos entre os deuses indígenas e os símbolos da fé cristã, isso fica claro nesse fragmento da obra de Vanderly Brito (2013) de quando no início ele fala:

O missionário jesuíta padre Manuel da Nóbrega dizia que os iniciamos, por falta de outro termo para indicar Deus, serviam-se do de “ padre tupana “ (Apud POMPA,2001). Portanto, fica claro que a pedagogia jesuítica se apropriava de elementos das crenças proféticas da cultura nativa para facilitar as abordagens aos indígenas, assim como ao seu projeto de persuasão à consciência cristã. Na mesma linha, segundo Alfredo Bosi, bispo era denominado de pai-guaçu (pagé maior), nossa senhora era tupansy (mãe de tupã), igreja era tupãoca (casa de tupã) e demônio era anhagá, nome dado a um espirito errante ou perigoso (BOSI, 1996 p.63).com a força da tradição indígena atuando em meio ao processo catequético, a representação do sagrado neste processo de conversão era algo entre a teologia cristã e a crença tupi. (BRITO, 2013, p.08)

Desta maneira os jesuítas conseguiram o respeito dos Potiguaras para dar início às primeiras Missões em território paraibano, mais a frente os Potiguaras que antes eram amistosos com os colonos irão passar a se desentender com os mesmos, pois, estes por falta de mão de obra para o trabalho na lavoura passaram a apresiar não só os índios Potiguaras, como, também, as diversas tribos que habitavam o litoral brasileiro, realizando, inclusive, transferência de aldeias inteiras como no caso dos Tabajaras. Estes foram trazidos do sul da Bahia para a Paraíba com o intuito de auxiliar na conquista do território local.

Os Jesuítas eram contrários à matança e a escravidão dos índios pelos colonos, só estavam lá para que de alguma forma convertê-los e inserir os mesmos nas práticas Católicas, que, ao mesmo tempo, gerava renda para esta ordem a medida que os indígenas produziam subsídios que podiam ser até exportados, como no caso da pimenta do reino.

A aliança entre Potiguaras e Tabajaras não vai surtir efeito no que quis respeito a defesa das duas tribos. Os índios Potiguaras vão deixar a aliança alegando traição no trato feito em defesa das duas tribos, isso fica evidenciado nesse relato:

Contudo, pouco depois, um novo fato veio a reacender as esperanças para os conquistadores: os potiguara se desentenderam com os tabajaras devido à pouca animosidade de resistência que estes últimos demonstraram a de uma entrada portuguesa e, suspeitando de traição ao acordo estabelecido, a aliança foi rompida e os potiguara sitiaram as aldeias tabajaras com ameaças de extermínio ao grupo. (BRITO,2013, p.11)

Assim, foi criada a primeira Missão em território paraibano com a proteção da coroa portuguesa e liderada pelos padres jesuítas, para a proteção, catequização e inserção dos índios Tabajaras na cultura cristã, em nome da construção da nova cidade, que por ventura viria a ser a capital daquele lugar.

Desta forma, seis aldeias foram erguidas pelos Tabajaras nos arredores da cidade de Nossa Senhora das Neves, com isso, a cidade ficava protegida dos ataques dos Potiguaras. Assim, os padres jesuítas ficaram a frente destes primeiros aldeamentos, e de domesticar os gentios tanto na ordem cristã, de maneira que a religião foi dessa vez mais difundida entre eles, quanto na questão dos costumes, pois os índios passaram a se vestir, reduzir o consumo do fumo, evitar o cauim e o principal contratos com suas práticas tradicionais: homem a trabalhar na lavoura.

A primeira Missão a auxiliar na construção da Paraíba foi a Missão do *Braço de Peixe* liderada pelos padres Jesuítas e erguida nos arredores da cidade de Nossa Senhora das Neves, tendo os Tabajaras como peça civilizatória :

Instalados na Paraíba, os jesuítas batizaram o braço do peixe e seus aliados, tomando por catecúmenos apenas os indígenas desta aldeia tabajara, deixando as demais aldeias sem assistência religiosa. (BRITO, 2013, p.12)

Mas o Braço do Peixe foi, apenas, a primeira das várias Missões que vieram se instalar na Paraíba, e os Tabajaras a primeira tribo depois dos Potiguaras a assimilar elementos da cultura Europeia trazida pelos padres jesuítas. Fica assim explicitado que houve mais de uma Missão na Paraíba do pós-contato, a jesuítica foi sem sombra de dúvidas a primeira delas, mas ao todo tivemos em torno de quarenta e quatro missões de várias ordens religiosas, assunto que precisa ser explorado pelos pesquisadores para que novos dados possam surgir.

Outras ordens como, Carmelitas, Franciscanos, Beneditinos e mais algumas estiveram presente aqui na catequização das várias etnias que na Paraíba existiram. As Missões formavam aldeamentos com várias ocas me formato circular, e tinham como liderança um padre que ficava na função de liderança, espiritual e moral do lugar. Estes serviam para juntar os índios em um só lugar e, dessa forma, dar-lhes exemplos da cultura Europeia trazidas pelos religiosos e que achavam eles superior a dos índios. Esses aldeamentos tinham como finalidade afastar os índios dos vícios dos brancos e dar a eles uma vida mais pura e pautada na religião, desta maneira , segundo o projeto dos religiosos, os Índios seriam diferenciados das demais pessoas da colônia.

3.1 Os Franciscanos na Paraíba

Os Franciscanos chegam à Paraíba por volta de 1590 quando já se havia instalado na capitania a ordem dos Jesuítas, que por lá chegaram pouco depois da esquadra de Cabral. Essa nova ordem, diferente dos Jesuítas, vinham para a colônia com o apoio dos líderes ibéricos, e por sua vez aval do padroado que geria a empresa da Colônia em função do desenvolvimento daquele lugar.

Os Franciscanos vieram à capitania para serem peças fundamentais na proteção daquele lugar, já que os Jesuítas tinham como missão apenas catequisar os gentios, e não usá-los como objeto de defesa da Coroa, com a função de proteção, em virtude da ameaça constante dos Potiguaras que, ainda, rondavam o lugar e aterrorizavam as redondezas, matando os que fossem considerados inimigos, dentre os quais tanto os Jesuítas, quanto os Tabajaras.

Os Franciscanos tiveram seus aldeamentos e Missões instalados nos arredores da cidade. Dessa forma, a ameaça dos Potiguaras e seus atritos com a empresa colonial ficaria cada vez mais distante destes empreendimentos da cidade que era o centro de governança da capitania ainda em crescimento. Essa era a principal ideia da Coroa, formar aldeamentos

longe da cidade para que os estragos trazidos com a guerra constante contra os Potiguaras não fosse mais problema para o crescimento do lugar.

As aldeias entregues aos franciscanos(almagra, praya, mangue, joanne e assento do passaró), para o bem da capitania, consistiam na conservação das fronteiras. (BRITO,2013, p.48)

Assim fica evidenciado que diferentemente dos Jesuítas, que não eram pagos pela coroa e que após as Medidas do Ministro Pombal não tinham a permissão para estarem na Paraíba, os Franciscanos iriam usar os índios como soldados na luta pela proteção e ainda povoamento do território paraibano. Fica agora de certa maneira uma desavença entre Jesuítas e Franciscanos, que vai ser mais adiante motivo da expulsão da ordem do território paraibano. Mais outro fator também vai contribuir para tal desavença entre os religiosos é que nos aldeamentos jesuítas existia um regime de vida mais rígido, tendo em vista que a ordem dos Jesuítas queriam em primeiro lugar catequisar os gentios, e mais ainda afasta-los dos vícios dos brancos Europeus do lugar. Portanto eram um pouco mais severos com seus gentios.

Entre os Franciscanos havia sim o intuito da catequese, mas em primeiro lugar estava a defesa do território e para isso tinham de usar os índios das tribos Tabajaras para garantirem a sua integridade diante da ameaça Potiguara. Desta maneira os índios passaram a abandonar os aldeamentos jesuítas e passaram a se incorporar nos aldeamentos franciscanos. Para os colonos os aldeamentos franciscanos eram mais maleáveis na proposta de fornecimento de mão-de-obra escrava para a produção local, em oposição aos Jesuítas que não sediam os indígenas catequizados para os engenhos.

A chegada dos franciscanos à capitania decerto desagradou os jesuítas, e logo se registraram às primeiras discórdias entre os padres inicianos e os frades seráficos. Os historiadores da ordem franciscana alegam que o motivo das desavenças entre as duas ordens religiosas foi porque o método de doutrinação dos franciscanos era considerado menos rígido em relação ao dos jesuítas e, por isso, muitos catecúmenos que estavam sobe os cuidados dos jesuítas teriam se passado para as aldeias franciscana. (BRITO,2013, p.52)

Outro fator de insatisfação dos jesuítas para com os frades franciscanos foi de que tal ordem (a franciscana) já teria chegado a capitania da Paraíba com a toda uma estrutura montada em relação a construção de seus redutos de doutrinação. Os frades, também dispunham do apoio da governança da colônia e recebiam também uma quantia para se manterem, por outro lado os Jesuítas vieram nas expedições de conquista e nem se quer aval

para estarem lá eles tinham, outra coisa, eles (os jesuítas) não recebiam nada da empresa colonizadora, estes fatores foram motivos de desavenças entre as duas ordens e mais tarde vai pesar em favor dos Franciscanos a quem as autoridades tinham mais afeição.

Sendo assim os Franciscanos tinham mais liberdade para agir na catequização dos índios, e na investida contra os Potiguaras usando os Tabajaras como força principal nessa guerra que ainda era motivo de preocupação para a colônia, pois, os Potiguaras ainda rondavam a cidade mantando e aterrorizando as pessoas do lugar. Outro fator de insatisfação dos frades da Companhia de Jesus foi também com a ordem de retirada da *Missão Braço de Peixe* erguida, ainda, no início do povoamento da capitania da Paraíba, Feliciano coelho de Carvalho então governador-mor da capitania, era um homem não muito apegado as preceitos dos jesuítas em relação a serventia dos índios na construção da sociedade paraibana, sendo, assim, não via muito problema em usar os índios como guerreiros na guerra contra os Potiguaras.

A Companhia de Jesus não via os índios como guerreiros ou força de trabalho para a capitania, eles, acreditavam na catequização e não na exploração direta e braçal dos índios como queria o novo governante da Capitânia. Feliciano Coelho ignorando a doutrina da Companhia de Jesus manda remanejar o aldeamento do Braço de Peixe do subúrbio da cidade para as margens mais distantes como já eram as missões e aldeamentos dos franciscanos, para servirem também como guarda da cidade e proteção das fronteiras, que era a ideia principal partindo do medo da ameaça Potiguara e função dos aldeamentos franciscanos.

O remanejamento da aldeia não vai agradar os Jesuítas, sendo assim, motivo para a ordem reclamar junto ao governo geral como fica claro nesse relato:

Perante este ultraje, os padres jesuítas se negaram a assistir as aldeias nas novas instalações e reclamaram junto ao governo-geral sobre a atitude do capitão-mor, salientando que deveriam ser indenizados porque a aldeia arbitrariamente destruída a mando de Feliciano coelho de carvalho era obra e patrimônio da Companhia de Jesus. (BRITO, 2013, p. 55)

Pela forma de atuação do governo-geral, que não atendia aos pedidos dos padres, e mais, não respeitavam mais suas decisões, o rei Filipe II manda em 14 de setembro de 1593 a Companhia de Jesus deixar a capitania da Paraíba, passando a partir de então o comando de todas as missões e aldeias a Ordem de São Francisco, que como já foi dito era quem agia em função da Coroa para o crescimento a colônia, usando os catecúmenos como peças dessa construção e não meros seres a serem catequizados como queria os jesuítas.

Mais adiante, já sobe o comando dos franciscanos, os índios vão perceber que a ordem não era tão complacente assim com seus costumes. Os índios que deixaram as aldeias jesuítas, para se incorporarem nas missões franciscanas, se enganaram ao imaginar que estes seriam brandos na sua forma de catequese, começam se arrepender, pois os frades eram muito mais rígidos e punitivos do que os Jesuítas que de certa forma aceitavam algumas práticas dos índios, porque se não tivessem se comportado desta forma não teriam conseguido se inserir nas tribos há época das primeiras expedições de conquista e durante a construção da cidade.

Assim os Franciscanos que outrora eram protegidos de Feliciano Coelho de Carvalho, então governador-geral, passam a se indispor com o mesmo, por disputas de poder. Os índios já instalados nas novas Missões franciscanas e sendo agora peça fundamental na guerra de pacificação do território, vão se queixar das duras regras impostas pelos frades a eles, e pelos castigos sofridos por eles por tentarem praticar sua cultura dentro dos aldeamentos.

Os frades passaram também a punir os mamelucos, que eram filhos de negros com índias, ou com nos mostra Vandely de Brito (2013), filhos de brancos com índias e por tanta parte da nova sociedade. Pois bem, estes saíam à noite para se deitarem com as índias dos aldeamentos e por isso eram punidos pelos frades quando os mesmos eram pegos. Diante de severas punições passaram a se queixar com o governador-mor que entendeu ter sua autoridade maculada pelos frades

De acordo o relatório, desde 1590 os mamelucos da cidade andavam fazendo intrigas entre o capitão-mor e os religiosos porque estes mancebos iam até as aldeias para se deitarem com as índias e os padres proibiram e puniram com açoite estas perturbações aos preceitos morais da sociedade. (BRITO,2013, p.62)

Dessa maneira a rusga entre a Ordem Franciscana e o Feliciano Coelho de Carvalho ia aumentando, índios Tabajaras que já estavam na luta contra os Potiguaras também foram castigados ao passo que iam desobedecendo os frades, os franciscanos mandaram colocar nas aldeias troncos para castigos públicos para os índios que desrespeitassem os frades ou as ordens impostas por eles. Os índios continuaram queixar-se com o capitão-mor, alegando não participarem mais das lutas contra os Potiguaras caso os castigos continuassem da forma que estava acontecendo.

Tendo sua autoridade contestada, Feliciano Coelho de Carvalho desautoriza a Ordem Franciscana e não permite mais os castigos dos índios em função dos mesmos terem resquícios de suas práticas culturais, vai mais além ordenando que o índio que não quisesse mais seguir na fé cristã poderia viver e praticar sua cultura nos aldeamentos sem terem medo

dos castigos dos frades. Para o capitão os índios eram apenas soldados no projeto de conquista no território paraibano.

Dessa maneira, desassistidos de ordem e moral os franciscanos resolvem deixar o comando das aldeias e as missões em terras paraibanas. No de 1598 os frades deixam a Capitânia e o comando das missões. Cinco anos depois os Franciscanos retornam a Paraíba, em 1603, quando o governador geral preocupado com a pacificação dos Potiguaras, recorre mais uma vez ordem dos capuchos para este trabalho de organização e pacificação destes gentios que fora um problema desde o início da Capitânia. Eles voltam agora com mais força e moral e passam a doutrinar os Potiguaras em várias aldeias da capitania. O autor Lima (2007) disserta sobre a forma como atuavam os Franciscanos e a pedagogia que utilizaram para realizar o processo de catequese. Essencialmente podemos destacar que ao assumirem as primeiras aldeias na Parahyba, situadas nos arredores da cidade de Filipéia de Nossa Senhora das Neves, logo tratavam de construir igrejas ou capelas e, ao lado destas, as escolas, que se constituíam no recurso facilitador da catequese.

Principais características de sua Praxis:

- Estabelecida a confiança com as crianças (curumins) através destas entrariam em contato com suas famílias; O processo de “aliciação” doutrinária dos frades franciscanos iniciava-se com os curumins que eram considerados “terra virgem”, pois ainda não estavam arraigados aos costumes tribais. p.122;
- Utilização das crianças já catequizadas como vetor de evangelização de suas respectivas famílias, aspecto esse considerado eficaz e rápido pelos frades no alcance e na catequização dos nativos mais velhos.
- Utilização da língua nativa até que aprendam o português e o latim; a língua de Deus é única – torre de Babel/ línguas profanas. Se o missionário não tivesse aprendido ainda a língua nativa poderia utilizar um interprete.
- Música, melodias tradicionais eram preenchidas com letras doutrinárias; ainda ensinavam os nativos a tocarem instrumentos;
- Substituição de objetos nativos: cruz (como amuletos); cristianização do culto aos antepassados (enterramentos e devoção às almas do purgatório);

Depois de superar as primeiras dificuldades da catequese os franciscanos iniciavam o catecumenato (poderia durar 2 anos) composto pelo Batismo e primeira Comunhão, para realização destes sacramentos era necessário um prazo maior com uma rotina de estudos, trabalho e bom comportamento (na prática franciscana não se seguia o costume de outras ordens que realizavam até batismos coletivos), seu regime era mais rigoroso inclusive com a

aplicação de castigos físicos (com a intenção de expurgar os pecados, estes todos relacionados a cultura dos índios), entre eles, a palmatória, prisões e o tronco como uma forma de combater os vícios dos nativos: antropofagia, poligamia, festas pagãs (embriaguez) e a nudez. Assim colaboravam os Franciscanos para a “salvação destas almas” e para o desenvolvimento da Colônia, esta baseada em mão-de-obra escrava, que reduzia ao máximo a qualidade e o tempo de vida destes povos, que resistiram ao máximo deixando para a sociedade brasileira grande parte de seu legado.

3.2 Os Carmelitas na Paraíba

A chegada dos carmelitas à Paraíba é de certa forma uma informação meio incerta, pois, muitos historiadores dão conta que, a ordem teria primeiro tentado chegar a as terras paraibanas ainda 1580 numa expedição de conquista de Frutuoso Barbosa que veio se dispersar no mar em virtude de uma tempestade. Sendo assim não se pode dar por certo o ano de 1580 com sendo a chegada oficial da Ordem do Carmelo as terras paraibanas, pois este fato impede-nos de dar veracidade a tal evento, como fica claro neste trecho “ (...) Mas a expedição se desbaratou no mar e nem chegou a pisar em terras paraibanas” (...). (BRITO,2013, p.98).

Sendo assim depois desse evento, os Carmelitas junto com a frota de Frutuoso Barbosa foram se instalar em Pernambuco a pedido do então governador Jeronimo de Albuquerque Coelho, só voltando a Paraíba anos depois. Mais tarde Portugal envia mais religiosos da ordem, para só assim darem início no processo de expansão da ordem pelo território do Brasil.

Desta forma, não se sabe precisar ao certo em que ano os Carmelitas de fato chegaram a Paraíba, frei Manuel de Sá afirma que esse fato fica ainda mais difícil de precisar em virtude da invasão holandesa no nordeste, quando documentos contendo essas informações tiveram de ser enterrados e quando foram desenterrados nada mais dava pra saber em virtude do desgaste desses documentos.

Após várias tentativas de datar ao certo a chegada dos Carmelitas a Capitania da Paraíba, uma suposição é de quem vai definir a possível data de chegada da ordem à Capitania seria o historiador Maximiano Lopes Machado, que segundo Brito (2013) a data mais acertada será mesmo o ano de 1591, pois na data anterior 1581 a Capitania ainda nem tinha sido começada, portanto após cinco anos se dá o povoamento da Paraíba e só assim seria possível que a ordem Carmelita pudesse ter chegado a capitania como fica claro nesse relato:

Mesmo perante a total obscuridade sobre o tempo em que chegaram os observantes carmelitas à Paraíba, o historiador Maximiano Machado apresenta o ano de 1591 para a chegada dos carmelitas à capitania para a fundação de convento e atividade de catequese, tendo fundado a missão de N. S da Guia. E esta sua informação foi convertida em fato, sem reservas, por muitos outros historiadores. (BRITO, 2013, P.100)

Mais uma vez fica evidenciado que não dá para precisar ao certo em que ano chegaram os carmelitas à Paraíba, sendo possível apenas precisar por fatos marcantes como o povoamento do lugar, para daí termos uma possível data de chegada da ordem a capitania.

A bem verdade, os mais antigos documentos que dão conta da presença dos carmelitas na Paraíba são: uma notícia de Diogo Campos Moreno, sargento-mor da costa do Brasil, que em 1609 diz: “ nesta povoação, a que chamam de cidade (felipéia), há três mosteiros, com seus frades, a saber, um de são Francisco, que já bastava mui bem acabado e capaz de muitos religiosos, um do carmo, que se vai fazendo, e um de são bento que se fabrica e uma casa de misericórdia mui bem lavrada e a sé (matriz) mais pobres que todas....” (BRITO,2013, P.101)

Assim mais uma vez podemos ver a discordância em relação a esta chegada, o fato é que eles estiveram de verdade em solo paraibano, sendo inquestionável tal afirmação. Outro fator relevante a vinda dos carmelitas a capitania da Paraíba, é de verdade também houve uma missão chefiada por eles com a denominação de Nossa Senhora da Guia. Sendo assim mais uma vez a ordem é questionada como na data da sua chegada a capitania, de difere de datas distintas para marcar essa chegada.

Fala-se que a Ordem do Carmelo teria erguido uma missão às margens do rio Paraíba, no mesmo ano quem os potiguaras ainda estavam bastante inflamados em relação as missões e as outras ordens que por ali já catequisavam os tabajaras. Diogo de Campos Morenos, capitão-mor da capitania relata em um texto datado de 1612, que: “ tem esta capitania (da Paraíba) oito aldeias de índios em seu distrito copiosas de gente, administrados pela doutrina dos padres franciscano e bentos” (TAVARES apud BRITO, 2013, p. 102) . Por tanto, fica um pouco duvidoso a existência da missão de Nossa Senhora da Guia, liderada pelos frades da Ordem do Carmelo.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, com este artigo, podemos ver como se deu o processo de construção, tanto da Paraíba, quanto da sua sociedade a partir do desmonte da organização social indígena. Sociedade esta de várias cores, raças e principalmente religiões. Devido à forte influência do cristianismo nesse processo de construção da nova terra, terra já habitada por pessoas que foram desprezadas pelos colonizadores, pois estes não foram consultados sobre a possibilidade de ter suas vidas e sua religião alteradas.

Nesse processo se envolveram muitos personagens, índios que já viviam aqui que não esperavam serem tão maltratados e religiosos sedentos pela expansão de uma fé que já não era motivo de respeito em seu reduto primeiro, movidos pela ganância de quem a liderava. Dessa forma, as Missões são uma parte extremamente relevante para a compreensão da história local devendo ser, ainda, explorada pelos futuros pesquisadores para que possamos ampliar as análises e futuras pesquisas sobre um assunto tão relevante.

ABSTRACT

Based on bibliographical references on the Missions in the Captaincy of Paraíba in the sixteenth and eighteenth centuries, we analyze the process of settlement and the performance of the brothers of various religious orders that were part of the practices of cultural hybridization and the construction of a new society in Brazil colony which was formed, in addition to presenting the cultural characteristics of these peoples, we sought to demonstrate the way the Missions were installed in the Royal Captaincy of Parahyba, from the perspective that catechesis was an important tool of the colonizing company, used as an instrument of domination and social transformation of indigenous peoples by subjecting them to new social and cultural practices that have become syncretized in a new way of life. For this we work with the authors: CUNHA (2009); FERNANDES (2016); JUVANDI SANTOS (2012). PINTO (2007); BRITO (2013).

Keywords: Ethnohistory; Religious Missions; Paraíba

REFERENCIAS

BRITO, Vanderelei de. **Missões na Capitania da Paraíba**. Campina Grande/PB: Cópias e papeis. 2013.

CAVALCANTE, Thiago Leandro Vieira. Etno-história e história indígena: questões sobre conceitos, métodos e relevância da pesquisa. http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-90742011000100017&script=sci_abstract. Acesso em 25/09/2017.

CUNHA, Manuela Carneiro da.

FERNANDES, João Azevedo. **De cunhã a mameluca**. A mulher Tupinambá e o nascimento do Brasil. 2ª ed. João Pessoa, Editora: UFPB, 2016.

LIMA, Idelbrando Alves de. **Religiosidade na Parahyba Colonial:** o trabalho da catequese franciscana entre os nativos. João Pessoa: FCJA/ A UNIÃO, 2010.

MEDEIROS, Ricardo Pinto . “Política indigenista do período pombalino e seus reflexos nas capitanias do norte da América portuguesa.” In: **Novos olhares sobras as Capitanias do Norte do Estado do Brasil.** Carla Mary da Silva Oliveira e Ricardo pinto de Medeiros (orgs). João Pessoa: Editora Universitáriaq UFPB, 2007.

PUNTONI, Pedro. **A guerra dos Bárbaros.** Povos indígenas e a colonização do sertão nordeste do Brasil, 1650-1720. São Paulo: HUCITEC, 2002.

SANTOS, Juvandi de Sousa. **Costumes indígenas no Brasil do Pós-contato:** O grupo etínico/cultural Tarairiú dos sertões da Paraíba. Campina Grande: Cópias e papeis 2012.